

Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Educação do Campo: reflexões acerca da prática docente

 Jorge Luis D'Ávila¹

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Faculdade de Educação (FAED). Avenida Costa e Silva s/nº, Bairro Universitário. Campo Grande - MS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: davilajorgeluis35@gmail.com

RESUMO. O propósito do texto é relatar as experiências obtidas no estágio supervisionado realizado pelos acadêmicos da primeira turma de formandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCAMPO) que foi oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desenvolvido nas escolas do campo em diferentes municípios do estado de Mato Grosso do Sul (MS). Foram realizadas pesquisas bibliográficas com abordagens qualitativas que argumentam a respeito do estágio supervisionado na educação escolar, bem como análises dos relatórios, planos de aulas organizados pelos acadêmicos da LEDUCAMPO durante o período do estágio supervisionado, avaliações realizadas pelos professores orientadores, além dos documentos produzidos no âmbito da UFMS que legitimam o processo de estágio. A centralidade do estágio na Educação do Campo deve estar ancorada nos pressupostos da preparação docente que faça o acadêmico entender que a escola pública é excludente, marginalizada e orientada pela ideologia dominante que busca a formação para atender as exigências do mercado de trabalho e, ao contrário disso, o acadêmico deve promover uma educação humanística e progressiva.

Palavras-chave: educação do campo, formação de professores, estágio supervisionado.

Supervised Internship in the Rural Education License course: reflections about teaching practice

ABSTRACT. The purpose of the text is to report the experiences obtained in the supervised internship carried out by the students of the first group of graduates of the Degree in Rural Education (LEDUCAMPO) course, which was offered by the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), developed in the schools of the different municipalities in the state of Mato Grosso do Sul (MS). Bibliographic research was carried out with qualitative approaches that argue about the supervised internship in school education as well as, analysis of reports, lesson plans organized by LEDUCAMPO academics during the period of the supervised internship, evaluations carried out by the supervising teachers, in addition to the documents produced in the UFMS that legitimize the internship process. The centrality of the internship in rural education must be anchored in the assumptions of teacher preparation that makes the academic understand that the public school is exclusionary, marginalized and guided by the dominant ideology that seeks training to meet the demands of the labor market, contrary to this, the academic must promote a humanistic and progressive education.

Keywords: rural education, teacher training, supervised internship.

Práctica Supervisada en el curso de Educación de Campo: reflexiones sobre la práctica docente

RESUMEN. El objetivo del texto es informar acerca de las experiencias obtenidas en la pasantía supervisada realizada por los estudiantes del primer grupo de graduados del curso de Educación del Campo (LEDUCAMPO), que fue ofrecido por la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desarrollado en las escuelas de los diferentes municipios en el estado de Mato Grosso do Sul (MS). La investigación bibliográfica se realizó con enfoques cualitativos que discuten sobre la pasantía supervisada en la educación escolar, así como el análisis de informes, planes de lecciones organizados por académicos de LEDUCAMPO durante el período de la pasantía supervisada, evaluaciones realizadas por los profesores supervisores, además de los documentos producidos en el UFMS que legitima el proceso de pasantía. La centralidad de la pasantía en educación del campo debe estar anclada en los supuestos de preparación docente que hacen que el académico comprenda que la escuela pública es excluyente, marginada y guiada por la ideología dominante que busca capacitación para satisfacer las demandas del mercado laboral, al contrario de esto, El académico debe promover una educación humanista y progresista.

Palabras clave: educación del campo, formación docente, pasantía supervisada

Introdução

Pretendemos com esse texto relatar as experiências obtidas no estágio supervisionado realizado pelos acadêmicos da primeira turma (2014 a 2017) de formandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCAMPO) que foi oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O estágio supervisionado foi realizado nas unidades escolares do campo, ou seja, aquelas que estão localizadas na área rural e as que se situam na área urbana, mas que atendem a população do campo. As escolas que aceitaram desenvolver o trabalho com os acadêmicos firmaram um convênio de estágio com a UFMS. Cabe ressaltar que os acadêmicos possuem uma apólice de seguro de vida, fato que isenta a unidade escolar de qualquer transtorno que possa acontecer.

As argumentações teóricas e os resultados desse artigo estão vinculados ao projeto de pesquisa, sem fomento, “Políticas de formação de professores do campo no estado de Mato Grosso do Sul” registradas na UFMS. Esse projeto tem como meta refletir sobre como os futuros professores podem articular os conhecimentos adquiridos na sua formação para enfrentar o abandono crescente pelo Estado das escolas do campo, bem como, a

precarização do ensino por meio da adoção das salas multisseriadas.

Para fundamentar a respeito do estágio foi realizada pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa que argumenta a respeito do estágio supervisionado no ensino fundamental e médio, bem como análises dos relatórios, planos de aulas organizados pelos acadêmicos da LEDUCAMPO durante o primeiro e o segundo semestre letivo do ano de 2018, avaliações realizadas pelos professores orientadores, além das resoluções produzidas no âmbito da UFMS que legitimam o processo de estágio.

A Licenciatura em Educação do Campo é um curso regular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LEDUCAMPO - UFMS) instituído no ano de 2013 após a chamada do Ministério da Educação (MEC) por meio do Edital n. 2, de 31 de agosto de 2012, em cumprimento à Resolução CNE/CEB n. 1 de 3/4/2002 e ao Decreto n. 7352 de 04/11/2010. Tem como meta formar professores para o exercício do magistério em três áreas do conhecimento: Linguagem e códigos, ciências da natureza e matemática. Cabe considerar que após a reorganização do Projeto Político-Pedagógico no ano de 2019 o curso, seguindo a exigência da

Reitoria deixou de oferecer a formação em ciências da natureza.

A justificativa para a criação do curso se deve ao fato de que MS enfrenta problemas com a ausência ou inadequação nas formações de professores especialistas em Educação do Campo. Grande parte dos professores que atuam nas escolas do campo reside na cidade e, com isso, não reconhecem a necessidade de educação diferenciada para a população do campo “que respeite as especificidades culturais e históricas como direito social de formação integral que considere o seu modo de viver e produzir.” (UFRB, 2013, p. 04).

A LEDUCAMPO está pautada na Pedagogia da Alternância, sistema educativo que consiste na articulação entre o Tempo Universidade (TU) onde os alunos permanecem um período de aula na Universidade e Tempo Comunidade (TC), ocorre no momento em que os acadêmicos retornam às suas propriedades familiares ou às comunidades ou aos assentamentos para aprimorar os conhecimentos científicos, visando o fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas do campo e seu entorno.

No primeiro semestre do ano de 2017, os alunos matriculados na primeira turma do referido curso iniciaram seu processo de estágio obrigatório. Nessa etapa de formação, os acadêmicos tiveram

acesso às dinâmicas das unidades escolares e perceberam que estas são repletas de adversidades.

Desta forma, após reflexões a respeito de como intervir nas unidades foi possível elaborar metodologias que permitem ao professor em formação propor mudanças no cotidiano escolar. É fundamental que o acadêmico compreenda que a escola é uma arma ideológica estruturada para atender os interesses do modo de produção vigente. Assim,

o trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar esse ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica. (Pistrak, 2000, p. 39).

A LEDUCAMPO faz um contraponto ideológico com as políticas educacionais elaboradas pelo estado de MS onde se consolida um modelo de desenvolvimento econômico estruturado na pecuária extensiva e na monocultura, principalmente soja, milho e cana-de-açúcar com vistas à exportação, em detrimento à produção de alimentos básicos para consumo interno, desenvolvido principalmente pela

agricultura familiar. Essa característica é uma herança da política de créditos agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários herdada dos governos militares.

Nesse sentido, se faz importante destacar que a licenciatura em questão procura romper com a ideologia burguesa, contrário ao movimento da Educação do Campo, que tem como característica a oposição aos fundamentos da subordinação do homem camponês as relações de exploração. Sobretudo, a burguesia atua politicamente para o enfraquecimento da mobilização organizada pelos movimentos sociais ligados à terra, que tem como pauta principal a reforma agrária articulada com o direito à educação, permitindo que os trabalhadores rurais ocupem o cenário educacional e a escola desenvolva um currículo que valorize o homem do campo, que interrogue “a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor” (Molina & Freitas, 2011, p. 20).

Os princípios da formação de professores do campo estão pautados no processo de humanização do homem e na superação das práticas escolares burguesas que têm como meta uma formação urbana que desqualifica os povos e as escolas do

campo, por entenderem que os camponeses não são capazes de produzirem sua própria cultura e, desta forma, os currículos das escolas urbanas devem ser adotados pelo campo, pois elas supostamente representam a modernidade.

Esse pensamento está ancorado no projeto de educação rural que segue as orientações empresariais, o assistencialismo, o controle político sobre a terra e sobre o contingente de famílias que possuem sua base material ligada à agricultura familiar (Fernandes & Molina, 2004).

O docente em formação que pretende desenvolver sua ação pedagógica no campo deve compreender que na perspectiva da classe dominante a educação tem como único propósito formar o indivíduo tecnicamente, socialmente e ideologicamente para o mercado de trabalho, subordinando e desqualificando. Dessa forma, a função social da educação visa atender às exigências do modo de produção capitalista, que tem como característica a individualidade que transforma em mercadoria o trabalho e os recursos naturais visando a obtenção de lucro.

Ao contrário disso, a Educação do Campo pretende, ainda que, nos limites do capital, a emancipação humana, entendida como um ato de liberdade que só é

possível no momento em que o outro também se encontra liberto da relação de explorados e exploradores e se reconhece como ser coletivo. Para isso, é necessário superar o conceito de liberdade concebida na sociedade dividida em classes que tem como agente o Estado de Direito. Segundo Marx,

... toda a emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. ... A emancipação humana só será plena quando o homem ... tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (Marx, 1993, p. 63).

Salientamos que por meio da escola pública a classe que vive apenas da sua força de trabalho pode ter acesso ao conhecimento sistematizado e acumulado historicamente pelo conjunto dos homens, fato que amplia as consciências dos indivíduos e pode levar a humanidade a outro patamar de entendimento de coletividade.

Nesse processo, o modelo de formação de professores vigente no país não pode ignorar a construção social e histórica. É importante que o docente em formação, que pretenda desenvolver seu trabalho às camadas populares, supere o dualismo entre sujeito e objeto e passe a transmitir um conhecimento pautado na

existência de uma relação histórica, dialética e reflexiva (Marx, 2016).

Assim, o estágio supervisionado permite que o acadêmico do curso de Educação do Campo desenvolva sua prática pedagógica compreendendo as relações que existem na escola, analisando-as de maneira crítica e na medida do possível interferir no processo educacional dos alunos, desenvolvendo ações que permitam compreender que a Educação do Campo é um movimento que busca interferir na lógica de que o campo é um “lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente” (Caldart, 2008, p. 71).

Nessa ação pedagógica, evidenciam-se as inquietações, as descobertas, as incertezas e as certezas de ser professor, é o momento que começamos a perceber como se materializam as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado. É revelado ao sujeito os problemas do complexo cenário educacional é a descoberta da latente luta de classes presente principalmente na escola pública.

... É preciso ter claro que, nessa luta, como em toda sociedade de classes, as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes. De modo que a luta pela construção de uma sociedade plenamente emancipada se desenvolve em condições extremamente adversas. Contudo, as alternativas existem já que o capital

não pode exercer um domínio absoluto, sob pena de se auto-destruir. (Tonet, p. 84, 2012).

Desta forma, é necessário pensar em estratégias que contribuam para que a escola do campo seja uma das instâncias de luta da classe trabalhadora na perspectiva da construção de outra sociabilidade. Para isso, faz-se necessário que a escola se abra para vivenciar, principalmente junto com as instituições formadoras de professores, práticas educativas que ocorrem por meio do estágio, o que permite o fortalecimento da Educação do Campo.

Organização do Estágio Supervisionado na Licenciatura em Educação do Campo da UFMS

O Estágio Supervisionado da LEDUCAMPO – UFMS segue as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96 (LDB) em seu artigo 82, na Lei n. 11.788, que dispõe sobre o estágio de estudantes e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, regulamentada em 2002 pelas Resoluções nº 1 e nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Tais resoluções tratam das diretrizes para os cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e especifica a carga horária dos cursos de

formação de professores da educação básica, estabelecendo 2.800 horas, com 400 horas destinadas ao estágio curricular supervisionado (Brasil, 2002a) e, os Regulamentos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, resolução n. 107/COEG de 2010 considerando as alterações feitas pela resolução n. 64 de 2017.

Mediante a esses dispositivos legais, o Colegiado de professores e os membros da Comissão de Estágio (COE) do referido curso, alinhados com a Matriz Curricular, elaboraram a resolução n. 50 de 2016 (UFMS) na qual está disposto o regulamento que orienta as ações do processo de estágio.

Nessa resolução, estão contidas todas as orientações necessárias para que o acadêmico desenvolva suas atividades. Desta forma, os estágios foram desenvolvidos na área de formação escolhida pelo aluno no momento do processo seletivo e matrícula, sendo efetivados em dois períodos distintos, a saber: Estágio Obrigatório I: anos finais do Ensino Fundamental (6º ou 7º ano e 8º ou 9º) e Estágio Obrigatório II: Ensino Médio (1º ou 2º ano e 3º ano) (UFMS, 2016).

As 400 horas de estágio foram divididas em oito etapas que estão representadas no quadro 01.

Quadro 1 - Referente às etapas do estágio supervisionado e suas respectivas horas.

Etapas	Estágio I	Estágio II
Orientações Gerais	16	16
Revisão teórica	24	24
Experiência no ambiente escolar	30	30
Observação e coparticipação	12	12
Planejamento	40	40
Docência	20	20
Elaboração do relatório: memórias do estágio	30	30
Seminário: experiências vividas no estágio obrigatório	28	28
Total de horas	200 h	200 h

Fonte: Resolução n. 50 (UFMS, 2016).

Cabe destacar que após as orientações gerais, etapa em que os acadêmicos receberam informações a respeito do regulamento, plano de atividades, bem como todo o processo burocrático exigido pela legislação, os acadêmicos juntamente com cada orientador realizaram estudos coletivos com o objetivo de fundamentar o processo de planejamento e execução das aulas.

Concomitante a isso, já de posse do termo de estágio, os alunos iniciaram suas experiências no ambiente escolar. Eles observaram criticamente a estrutura física da escola, realizaram a leitura do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico, se familiarizaram com a dinâmica das reuniões pedagógicas e da Associação de Pais e Mestres, se aproximaram da cultura predominante na comunidade, das características da escola e da turma na qual o estágio foi realizado, identificaram os principais problemas e as potencialidades da escola (níveis de aproveitamento, necessidades gerais,

possibilidades de melhoria, merenda escolar, gestão, recursos humanos, recursos financeiros, atendimento aos alunos com necessidades especiais, índices de reprovação e evasão).

Com essas informações, foi possível desenvolver a dinâmica de observação e coparticipação junto com o professor regente. Nesse processo, verificaram o desenvolvimento do planejamento das aulas, a metodologia utilizada, os conteúdos trabalhados e o processo avaliativo executado pelo professor, com o propósito de identificar as contradições existentes entre a teoria e a prática observada. É o momento de refletir sobre quais serão suas estratégias no momento de elaborar o seu planejamento.

A docência no estágio supervisionado foi acompanhada pelo supervisor da unidade escolar e teve início após a elaboração e a aprovação do plano de aula do professor orientador do estágio. As atividades desenvolvidas em sala de aula pelo acadêmico tiveram a anuência da

direção da instituição campo de estágio, do(a) professor(a) supervisor(a) e do(a) professor(a) regente da turma. O acadêmico teve autonomia para desenvolver o conteúdo utilizando os instrumentos metodológicos mais adequados para atingir o objetivo de cada aula.

Todas as experiências obtidas com a realização do estágio supervisionado foram sistematizadas em relatório denominado memórias do estágio e também em um seminário no qual foram socializadas pelos acadêmicos as análises finais do processo de estágio.

Análise crítico-reflexiva do estágio obrigatório

Após a realização de todas as atividades distribuídas nas 400 horas de estágio a COE da licenciatura em Educação do Campo da UFMS, realizou-se uma avaliação para verificar quais são as ações que devem ser adotadas para que esse processo de estágio realmente contribua para formação dos professores que atuam no campo.

Uma das dificuldades apontadas pela referida comissão se refere à forma como estágio foi acompanhado pelos professores. Cabe destacar que o período destinado às orientações e observações do estagiário ocorreram de forma semidireta,

intercaladamente entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade sob a coordenação de um Professor Orientador, docente efetivo da LEDUCAMPO e de um Professor Supervisor que representa a instituição escolar em que foram realizadas as atividades pedagógicas.

Isso significa que o professor orientador teve a oportunidade de acompanhar os alunos sob sua responsabilidade no momento da docência por apenas uma hora/aula, as demais atividades em sala ficaram sob a tutela do professor da própria escola que, após cada aula, realizava uma avaliação do processo e encaminhava ao curso. Essa dinâmica foi planejada para atender as determinações da Reitoria no que se refere ao financiamento das ações referentes ao estágio, principalmente o deslocamento dos professores orientadores aos territórios que os alunos desenvolveram suas atividades.

A COE ponderou, após avaliação do relatório final, que essa atitude desqualificou o processo de ensino-aprendizagem, pois o orientador não fez devolutivas após a execução de cada plano de aula. Tais devolutivas foram feitas posteriormente levando-se em consideração os relatos dos professores supervisores de cada unidade escolar. O estágio supervisionado seria melhor aproveitado pelos acadêmicos, se a UFMS

tivesse disponibilizado uma maior quantidade de recursos para atender a demanda dos alunos.

A ausência de aporte financeiro para custear as ações da COE ocorreu justamente no momento em que a LEDUCAMPO dialogava com os gestores da UFMS na expectativa que estes executassem o acordo firmado com o MEC por meio da Portaria nº 72, de 21 de dezembro de 2012. A Portaria em questão prevê a liberação de recursos da matriz orçamentária da UFMS para a execução de despesas com contratação de serviços de pessoa jurídica, locação de veículos, material de consumo, material permanente, alimentação, hospedagem, passagens e diárias para atender às necessidades de continuidade, ampliação e realização de etapas do Curso de Licenciatura Educação do Campo (D'Ávila, 2017).

Tal compromisso estava fora da agenda da reitoria da UFMS desde o ano de 2015, quando a referida instituição não abriu o processo para entrada de novos acadêmicos por meio de vestibular específico para o curso de Licenciatura em Educação do Campo, descumprindo assim, o acordo firmado com o MEC por meio da portaria nº 72, publicada em 21 de dezembro de 2012, que aprova a proposta das Instituições Federais de Educação

Superior (IFES) para criação de cursos de Educação do Campo.

Essa ação política da UFMS (2013a, 2013b) descumpre também as Resoluções: nº 49 de 4 de junho de 2013, nº 98 de 4 de abril de 2013 e nº 1 de 3 de janeiro de 2014, emitidas pelo Conselho de Ensino de Graduação que se manifestou favorável pela criação e implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo. O referido vestibular só foi realizado no ano de 2018 para entrada no primeiro semestre de 2019 com apenas 15 vagas.

A omissão da Universidade Pública em ampliar a Educação do Campo é decorrente da estratégia dos organismos internacionais e do Estado brasileiro, que por um lado incentiva a criação de políticas afirmativas com o propósito de desviar o foco das lutas que pretende a reestruturação do ensino superior público e, de outro, retira a autonomia universitária e reduz as verbas destinadas ao custeio dos cursos (Frigotto, 2011). Esse desmonte tem sido implantado explicitamente por meio de critérios estabelecidos pelo mercado “e de diversas estratégias de privatização por dentro das instituições, através de perversos mecanismos de captação dos recursos via mercado, retirando cada vez mais do Estado a obrigação completa de seu financiamento” (Molina, 2015, p. 154).

A morosidade da UFMS em desenvolver ações em prol da licenciatura em foco, se deve às políticas financeiras adotadas pelo Governo Federal, que a partir de 2015 congelou os gastos públicos em 20 anos. Porém, os fatores ideológicos decorrentes das características pedagógicas do curso, que tem na luta de classes o seu principal ponto de reflexão é o principal entrave para a expansão da LEDUCAMPO. Esse tipo de projeto, em um estado como MS, que estabelece uma relação forte com o agronegócio, não pode permanecer na pauta do Estado (D'Ávila, 2017).

Outro instrumento avaliativo do estágio realizado pela COE/LEDUCAMPO

foram as análises dos planos de aula e as observações feitas em sala pelo professor orientador. Eles revelaram que os alunos tiveram dificuldades em romper com práticas tradicionais, principalmente no que se refere à utilização do livro didático como a única fonte teórica. O quadro 02 revela que dos 121 alunos aprovados no estágio apenas 19% desenvolveram ações pedagógicas utilizando, além do livro didático oferecido pelo Estado, pesquisa na Internet e 0% não buscou clássicos da literatura educacional para desenvolver os conteúdos sob sua responsabilidade.

Quadro: 02 Alunos matriculados na disciplina de estágio obrigatório.

Turmas	Alunos	Utilizam apenas o livro didático	Utilizam livro didático e Internet	Utilizam livros clássicos
2014	45	36	9	0
2015	76	63	13	0
Total	121	99	22	0
%	100%	81%	19%	0%

Fonte: Relatório de estágio obrigatório - Leducampo (UFMS, 2017).

Os dados do Quadro 02 revelam que o corpo docente dessa licenciatura deve avaliar as práticas pedagógicas no sentido de pensar estratégias para os futuros acadêmicos que irão desenvolver o estágio obrigatório. Tais estratégias devem levar em consideração as análises críticas a respeito da utilização desse manual didático, pois o livro didático é considerado nessa licenciatura como

sinônimo de manual didático, pois representa

... uma versão resumida e simplificada dos conteúdos desse recurso material que, na concepção comeniana, tinha a função de facilitar o ensino, de modo que qualquer pessoa pudesse utilizá-lo para “ensinar tudo a todos”. Essa pessoa – o professor – não precisaria de uma formação aprofundada dos conhecimentos necessários ao exercício da função. Bastariam, a ele, os conhecimentos essenciais à

utilização dos manuais didáticos, tanto do professor quanto do aluno. Ressalta-se que a centralidade e a exclusividade que ocupam na relação educativa é que conferem a tal instrumento o caráter de manual. Sob essa perspectiva, qualquer livro utilizado pelo professor pode assumir características de manual, desde que seja utilizado como fonte única de conhecimento – mesmo porque devemos considerar que seu caráter, em princípio, é este – e que seu conteúdo seja simplificado a ponto de sonegar elementos da realidade humana que impeçam a autoconstrução do indivíduo. (Paniago, 2013, p. 12).

Portanto, o manual didático é anacrônico e deve ser superado para romper com o reducionismo da escola atual, isso permite tanto para o aluno como para o professor o restabelecimento “da possibilidade de acesso ao conhecimento culturalmente significativo, haurido de recursos como os meios de comunicação de massa e a internet e da recuperação de livros e outras modalidades de obras clássicas” (Alves, 2005, p. 72).

O anacronismo que Alves observa é coerente, pois, a retomada das obras clássicas permite o acesso ao conhecimento sistematizado e não fragmentado. Porém, “as condições objetivas de boa parcela das escolas (públicas ou privadas), além do precário processo de formação de professores, exigem a permanência dos manuais

didáticos no espaço escolar” (Paniago, 2013, p. 13).

Apesar de todo o aparato tecnológico presente nas escolas, muitas delas não possuem os serviços de conexão diária e ininterrupta com a rede internacional de informações, elas não funcionam adequadamente ou são interrompidas constantemente, principalmente por estarem localizadas na zona rural. Esse fator, aliado à inexistência de obras clássicas nas bibliotecas escolares, impõe “o imperativo uso do manual didático como recurso que, mesmo simplificando e vulgarizando o conhecimento, ainda assim supre parcial e precariamente a transmissão sistematizada de tal conhecimento no espaço da ação educativa” (Paniago, 2013, p. 13).

Cabe salientar para o fato de que as unidades escolares, que receberam os acadêmicos, estão alinhadas com políticas públicas, no âmbito estadual e municipais, que priorizam uma instrumentalização dos docentes para que os mesmos alcancem as metas propostas pelos agentes externos principalmente no que diz respeito aos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que se materializam por meio das avaliações externas de larga escala, pois “aos professores é dada a tarefa de sanar, na sala de aula, as dificuldades dos descritores evidenciadas

pelos alunos na avaliação, visando melhoria para a avaliação seguinte” (Brito, Lima & Silva, 2017, p. 159), relegando a um plano inferior o referencial teórico e contextualização histórica da educação.

Esse alinhamento das práticas escolares com as avaliações de larga escala, de acordo com os relatos dos professores orientadores, limitou as ações pedagógicas dos acadêmicos, pois estes foram condicionados a reduzir o seu processo de formação docente no sentido de transformar os conteúdos curriculares em práticas de sala de aula que referenciam as provas externas. Desta forma, “o espaço político da ação do professor torna-se cada vez mais esvaziado, à medida que não lhes são dadas condições de refletir sobre sua prática” (Brito, Lima & Silva, 2017 p. 159). É nítido que existe uma política de autoritarismo por parte do Estado, fato que compromete a democracia da gestão e a autonomia dos sujeitos sociais que realizam o trabalho escolar.

A limitação de conteúdos imposta pelas práticas citadas corrobora para a perpetuação da sociedade de classes que nega aos filhos dos trabalhadores do campo o acesso ao conhecimento, limita a escola em exercer a dinâmica de instrumentalizar os alunos para atender, única e exclusivamente ao mercado do capital e constrói um professor que tenha

um perfil ligado ao tecnicismo, ao individualismo, à banalização da teoria e ao pragmatismo (Brito, Lima & Silva 2017).

As situações pedagógicas que os acadêmicos, na prática do estágio, se deparam devem ser problematizadas e compreendidas na perspectiva teórico-metodológica que leve o sujeito a uma reflexão da complexidade que a prática docente exige permitindo, assim, superar de maneira crítica e científica as dificuldades e, com isso, transformar sua realidade e os sujeitos envolvidos no contexto educacional.

Cabe inferir que o estágio é uma ação que permite ao docente ensinar e aprender constantemente, inclusive para os professores das universidades envolvidos diretamente na disciplina de estágio supervisionado e, também, para os que desenvolvem as disciplinas pedagógicas (Pimenta & Lima, 2008).

Mediante as questões apontadas com a prática do estágio, cabe aos professores da LEDUCAMPO a tarefa de ampliar o debate sobre as dinâmicas limitadoras da ação dos futuros professores encontradas na escola, pois, de outro modo, estaremos contribuindo para a formação de docentes limitados a refletir apenas no que diz respeito à sala de aula, deixando de perceber que o singular faz parte de um

todo complexo que deve ser compreendido na perspectiva de dar acesso ao aluno o conhecimento que o faça se conscientizar de seu papel transformador da sociedade.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, percebemos com a primeira experiência de estágio supervisionado da LEDUCAMPO da UFMS que é necessária uma revisão teórica no que se refere à importância dessa etapa na formação docente, bem como elaborar uma dinâmica que permita aos professores do curso realizarem acompanhamento nas escolas em que serão desenvolvidos os próximos estágios.

Face ao exposto, cabe aos professores envolvidos em todo o processo de estágio ampliar as discussões teóricas metodológicas para os acadêmicos compreenderem a escola do campo para além das políticas educacionais elaboradas pelo Estado, ou seja, uma gestão preocupada com resultados, principalmente no que se refere às avaliações externas que engessam o currículo do campo e submetem à escola a lógica do mercado.

É nítido que o contexto social, político e econômico não é levado em consideração no momento da elaboração dos planejamentos. Os professores não possuem autonomia para romper com a lógica do capital, pois são obrigados a

seguirem os livros didáticos exigidos pelas Secretarias de Educação, livros esses que desconsideram a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação dos temas trabalhados em sala de aula, não contribuindo assim para a formação de um pensamento coletivo que propicie o enfrentamento das desigualdades que existem no campo.

A formação dos acadêmicos a partir de base teórico-crítica adotada pela LEDUCAMPO da UFMS torna-se ineficiente, pois, entre outras questões já discutidas neste texto, os professores orientadores do curso não têm recursos financeiros para deslocamento aos territórios onde foram desenvolvidos o estágio.

Para a LEDUCAMPO, fica a missão de planejar e acompanhar o estágio supervisionado, pois o consideramos como instrumento de formação capaz de levar o licenciando a compreender o exercício da docência.

A instituição escolar pública é uma das instâncias de luta da classe trabalhadora. Para tanto, o acadêmico deve realizar essa etapa da formação, não como uma atividade obrigatória, mas como uma atividade que oportunizará relacionar os conhecimentos teóricos ofertados pela universidade com as situações práticas dentro da sala de aula.

A centralidade do estágio na Educação do Campo deve estar ancorada nos pressupostos da preparação docente, com vistas a possibilitar ao acadêmico a compreensão da escola pública como excludente, marginalizada e orientada pela ideologia dominante que busca a formação para atender as exigências do mercado de trabalho. Com esse entendimento, o acadêmico tem a possibilidade de promover uma educação humanística e progressiva.

Salientamos que tanto professor formador quanto o acadêmico deve compreender o estágio supervisionado para além da inserção do licenciado na instituição escolar, visto que essa etapa de formação se caracteriza como momento de construção de saberes por meio das experiências vivenciadas na escola, em uma perspectiva reflexiva pois, “quando um professor é formado de modo não reflexivo, não dialógico, desconhecendo os mecanismos e movimentos da práxis, ele não saberá potencializar as circunstâncias que estão postas à prática. Ele desistirá e replicará fazeres”. (Franco, 2015, p. 607). É fundamental que o docente se torne um ser dialogante, consciente das intencionalidades que antecedem a prática escolar para a formação do homem integral, formação essa que permita o uso

dos bens materiais e espirituais produzidos ao longo da história.

Referências

Alves, G. L. (2005). *O trabalho didático na escola moderna*. Campinas: Autores Associados.

Brasil. (1996). *Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Congresso Nacional.

Brasil. (2002a). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: *Diário Oficial da União*, 4 mar. Seção 1, p. 8.

Brasil. (2002b). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores para Educação Básica, em nível superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 mar. Seção 1, p. 9.

Brasil. (2002c). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002*. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 set. Seção 1, p. 3.

Brasil. (2010). *Decreto n. 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma*

Agrária (PRONERA). Brasília: Presidência da República. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>

Brasil. (2012a). Ministério da Educação Portaria nº 72, de 21 de dezembro de 2012. Torna público o Resultado Final do processo de seleção de propostas de Instituições Federais de Educação Superior - IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. *Diário Oficial da União*. Brasília. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=18784>

Brasil. (2012b). Ministério da Educação. *Edital de Seleção nº 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC DE ...DE ...DE 2012. SESU/SETEC/SECADI/MEC. Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior*. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11569-minutaeditais-selecao-ifesifets-03092012&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192

Brito, L. H., Lima, L. M. P., & Silva, S. V. (2017). Formação De Professores E Prática Docente: Uma Reflexão À Luz Do Pensamento Crítico Marxista. *Revista Dialectus*, 10, 150-168.

Caldart, R. S. (2008). Sobre educação do campo. In Santos, C. A. (Org.). *Por uma educação do campo: campo Políticas públicas* (pp.67-87). Educação. Brasília/DF: INCRA/MDA.

D'Ávila J. L. (2017). Política de expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios para a implantação do Programa Nacional de Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Educação do*

Campo, 3(2), 633-648. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p633>

Fernandes, B. M., & Molina, M. C. (2004). O campo da Educação do Campo. In Molina, M. C., & Jesus, S. M. A. (Orgs.). (2004). *Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo* (pp. 53-89). Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo.

Franco, M. A. S. (2015). Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. *Educação e Pesquisa*, 41(3), 601-614. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>

Frigotto, G. (2011). Prefácio. In Figueiredo, E. (Org.). *Ações afirmativas na Educação Superior: políticas de inclusão ou exclusão?* (pp. 17-24). Bahia: UEFS Editora.

Marx, K. (1993). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70 Lda.

Marx, K. (2016). *Contribuições à crítica da economia política*. Tradução: Maria Helena Barreiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Molina, M. C., & Freitas, H. C. A. (2011). Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Revista em Aberto, Brasília*, 24(85), 17-31.

Molina, M. C. (2015). Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, (55), 145-166. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39849>

Paniago, M. L. (2013) *“Livro” didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento*. São Paulo: Instituto Lukács.

Pimenta, S. G., & Lima, M. S. L. (2008). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.

Pistrak, M. (2000). *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

Tonet, I. (2012). *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács. UFMS.

UFMS. (2013a). Resolução nº 98 de 4 de abril de 2013. *Dispõe sobre a criação e implantação do Curso em Educação do Campo na UFMS*. Campo Grande.

UFMS. (2013b). Resolução nº 49 de 4 de julho de 2013. *Dispõe sobre a criação e implantação do Curso em Educação do Campo na UFMS*. Campo Grande.

UFMS. (2014). Resolução nº 1 de 3 de janeiro de 2014. *Dispõe sobre a criação e implantação do Curso em Educação do Campo na UFMS*. Campo Grande.

UFMS/LEDUCAMPO. (2016). *Resolução Nº 50. Dispõe sobre a organização do estágio*. Campo Grande.

UFMS/LEDUCAMPO. (2017). *Relatório de estágio*. Campo Grande.

UFRB. (2013). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências da Natureza e Matemática*. Feira de Santana, BA. Recuperado de: <https://ufrb.edu.br/cetens/documentos/category/17-licenciatura-em-educacao-no-campo?download=10:ppc-ledoc>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 18/02/2020
Aprovado em: 01/08/2020
Publicado em: 29/03/2021

Received on February 18th, 2020
Accepted on August 01st, 2020
Published on March, 29th, 2021

Contribuições no Artigo: O autor foi o responsável por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: O autor declarou não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo: Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review: Double review.

Agência de Fomento: Não teve financiamento.

Funding: No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

D' Ávila, J. L. (2021). Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Educação do Campo: reflexões acerca da prática docente. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e8476. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8476>

ABNT

D' ÁVILA, J. L. Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Educação do Campo: reflexões acerca da prática docente. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e8476, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8476>